DANIEL CHACUR DE MIRANDA

**O *CROSS-EXAMINATION* NO PROCESSO CIVIL:
UM DIÁLOGO ENTRE ARBITRAGEM E PROCESSO**

Dissertação de Mestrado
Orientador: Professor Titular Dr. Flávio Luiz Yarshell

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo–SP
2020**

DANIEL CHACUR DE MIRANDA

**O *CROSS-EXAMINATION* NO PROCESSO CIVIL:
UM DIÁLOGO ENTRE ARBITRAGEM E PROCESSO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Professor Titular Dr. Flávio Luiz Yarshell.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo–SP
2020**

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
Serviço de Biblioteca e Documentação

Chacur de Miranda, Daniel.

O cross-examination no processo civil: um diálogo entre arbitragem e processo / Daniel Chacur de Miranda, Orientador: Flávio Luiz Yarshell, São Paulo, 2020. 187 fls.

Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito Processual. Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, 2020.

1. Alocação da atividade probatória e os diferentes sistemas processuais. 2. Variações da oralidade nos países da Europa Continental. 3. O júri e o common law. 4. Cross-examination e processo adversarial. 5. A arte do cross-examination. 6. Diálogo entre os sistemas processuais através da arbitragem internacional. 7. Cross-examination na arbitragem à luz da prática internacional. 8. Cross-examination no processo civil brasileiro à luz do diálogo com o processo arbitral.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Ada, por apoiar o tema desenvolvido neste trabalho, abrindo-me as portas do programa de pós-graduação no Largo do São Francisco.

Ao Professor Flávio Yarshell, agradeço por ter assumido, generosamente, a minha orientação, o que me permitiu beneficiar-me do seu convívio e de suas valiosíssimas e sempre pertinentes alterações sugeridas no texto, cujos defeitos remanescentes são apenas, e tão somente, a mim atribuíveis.

Aos professores Heitor Sica e José Carlos Baptista Puoli, pelas preciosas sugestões feitas no exame de qualificação, que certamente tornaram mais desimpedido o percurso do trabalho.

Ao Professor Fernando Menezes, manifesto a minha gratidão por ter me recomendado ao *Institut de Droit Comparé Edouard Lambert*, integrante da *Université Jean Moulin Lyon III*, com a qual a USP tem desenvolvido valiosa parceria. Agradeço a todos os pesquisadores e professores daquele renomado instituto, na pessoa da Professora Frédérique Ferrand, que generosamente me acolheu, dando-me as melhores condições para que lá eu fizesse praticamente toda a pesquisa que subsidiou este trabalho.

Agradeço também ao Sergio, pela formação *bermudiana*, a qual carrego, orgulhosamente, comigo. Aos meus colegas de escritório, na pessoa do André Tavares, deixo consignada a minha gratidão pelo convívio e profícuos debates.

Agradeço, simplesmente por tudo, aos meus pais. Estendo o agradecimento aos meus amigos, angariados com orgulho ao longo da vida, dentro e fora do país.

O cansaço, no curso da longa caminhada para a consecução deste trabalho, foi generosamente recompensado pelo prazer em escrevê-lo e, principalmente, pelo aprendizado acumulado durante o percurso. Ao lado do ritmo febricitante da advocacia, o desenvolver da dissertação, muitas vezes, tomou grande parte do meu tempo. Pelo apoio, compreensão e, acima de tudo, pelo amor e felicidade que alimenta em mim, agradeço à Daniela, que torna qualquer caminhada um verdadeiro passeio.

RESUMO

CHACUR DE MIRANDA, Daniel. O cross-examination no processo civil: um diálogo entre arbitragem e processo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

O regime do *cross-examination*, na forma em que historicamente praticado no processo anglo-saxão, foi remodelado pela prática arbitral internacional e brasileira, a qual, inclusive, serviu de inspiração para a nova regra veiculada pelo artigo 459 do Código de Processo Civil. A dissertação propõe, portanto, o diálogo com o processo arbitral como a referência adequada para se compreender as alterações promovidas pelo protagonismo conferido à parte na produção da prova testemunhal, bem como para que se possa utilizar, de modo efetivo, as técnicas de inquirição intimamente relacionadas ao citado protagonismo. Escolheu-se o *cross-examination* como veículo para este diálogo particularmente porque se trata de instituto típico do *common law*, sem paralelo em outros sistemas processuais. O *cross-examination* é a verdadeira síntese do papel proeminente das partes no processo anglo-saxão, da sua natureza adversarial, da cultura da competição e da própria postura liberal em relação ao Estado. O *cross-examination* é marcante ao ponto de ter sobrevivido à fusão entre os sistemas do *common law* e do *equity law*, e, até mesmo à virtual extinção do júri. Por sua vez, o diálogo com o processo arbitral justifica-se porque nele o *cross-examination* adquiriu contornos diversos, uma vez que o procedimento arbitral é livre de reminiscências históricas e idiosincrasias processuais, porquanto pautado na autonomia da vontade e na busca pela eficiência.

Palavras-chave: Processo adversarial — Arbitragem internacional — Direito processual comparado — Prova testemunhal — Técnicas de inquirição

ABSTRACT

CHACUR DE MIRANDA, Daniel. Cross-examination in civil procedure: a dialogue between arbitration and court litigation. Masters in Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

The new rule instituted by the article 459 of the Brazilian Civil Procedure Code has drawn on and adapted the system of cross-examination as used in national and international arbitration. The author suggests, therefore, a dialogue between arbitration proceedings and the new Brazilian system as an effective means of understanding the recent changes to the rules and techniques applied to the latter. The author has focused the dialogue on the rules and techniques of cross-examination because it is a distinctive feature of civil litigation under the common law, with no parallel in other systems. Furthermore, cross-examination perfectly encapsulates the pre-eminent role of the parties in civil litigation in the Anglo-Saxon tradition, as well as the adversarial nature of the proceedings and the limited role of the State in the conduct of the proceedings. The cross-examination of witnesses has withstood the test of time, surviving even the merger of the rules of common law and equity law, and the virtual extinction of jury trials of civil cases. The dialog with arbitration, in turn, is useful as, in the arbitral proceedings, cross-examination has been remodeled, departing from the historical idiosyncrasies and remnants of its Anglo-Saxon tradition, as part of the quest for greater efficiency and the parties' exercise of free volition.

Keywords: Adversarial process — International arbitration — Comparative civil procedure — Oral evidence — Questioning technics

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	8
1 ALOCAÇÃO DA ATIVIDADE PROBATÓRIA E OS DIFERENTES SISTEMAS PROCESSUAIS	16
1.1 PROVA E PROCESSO	16
1.1.1 Verdade e convencimento.....	17
1.1.2 Verdade e imparcialidade	19
1.1.3 Abstrata definição dos sistemas processuais	21
1.2 PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ E SISTEMA PROCESSUAL.....	23
1.3 MUNDIALIZAÇÃO DO DIREITO E MODELIZAÇÃO DO PROCESSO	27
1.3.1 Princípios do Processo Civil Transnacional	28
1.4 CONSTANTE APROXIMAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS PROCESSUAIS	30
1.4.1 Gestão do processo pelo juiz	30
1.4.2 Depoimento escrito da testemunha	31
1.4.3 Inquirição direta da testemunha	33
1.4.3.1 O exemplo da Espanha	35
2 VARIAÇÕES DA ORALIDADE NOS PAÍSES DA EUROPA CONTINENTAL.....	37
2.1 PROVA TESTEMUNHAL	37
2.2 PROCESSO ORAL E PROCESSO ESCRITO	37
2.3 CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO ROMANO-CANÔNICO	39
2.3.1 Quod non est in actis non est in mundo	39
2.3.1.1 O ano de 1215	40
2.3.2 Ausência de imediatidade e de publicidade.....	41
2.3.3 Ausência de controle pelo juiz.....	41
2.3.4 Sistema da prova legal	42
2.4 JUSTIFICATIVA HISTÓRICA DO PROCESSO ROMANO-CANÔNICO	42
2.5 REFORMAS PROCESSUAIS DO SÉCULO XIX.....	44
2.5.1 Código de Processo Civil alemão de 1877	45
2.5.2 Código de Processo Civil austríaco de 1895	47
2.5.3 Movimento em favor da oralidade	48
2.6 A ORALIDADE NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ESPANHOL	49
2.7 DECLARAÇÃO ESCRITA DA TESTEMUNHA	51
2.7.1 Exemplo francês: a attestation	52
2.8 NOVAS TECNOLOGIAS	54
3 O JÚRI E O COMMON LAW	56
3.1 BREVE HISTÓRIA DO JÚRI	57
3.2 CONCEITOS BÁSICOS	60
3.2.1 Direito constitucional ao júri	60
3.2.2 Composição	60
3.2.3 Veredito e fundamentação	61
3.2.4 Impacto na jurisdição dos tribunais	62
3.2.5 Aspecto político	62

3.3 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	63
3.3.1 Oralidade, imediatidade e publicidade.....	63
3.3.2 Concentração	65
3.3.3 Divisão entre trial e pretrial	66
3.3.4 Bifurcação e controle do júri	67
3.4 TRIBUNAL DE EQUIDADE	70
3.5 FUSÃO ENTRE EQUITY LAW E COMMON LAW	72
3.6 DESAPARECIMENTO DO JÚRI	73
4 CROSS-EXAMINATION E PROCESSO ADVERSARIAL.....	76
4.1 IMPORTÂNCIA NO COMMON LAW	76
4.2 STATUS DE GARANTIA FUNDAMENTAL DO PROCESSO.....	78
4.3 CROSS-EXAMINATION E CULTURA ADVERSARIAL.....	79
4.4 OBJETIVOS PRINCIPAIS	83
5 A ARTE DO CROSS-EXAMINATION	86
5.1 ADVOGADOS ILUSTRES DO SÉCULO XIX	89
5.2 MANDAMENTOS DO CROSS-EXAMINATION NO PROCESSO ESTADUNIDENSE.....	90
5.2.1 Seja breve.....	91
5.2.2 Formule perguntas curtas e de linguagem acessível.....	92
5.2.3 Formule apenas perguntas que induzam a resposta desejada	93
5.2.4 Formule apenas perguntas que você já conheça a resposta	95
5.2.5 Não permita que a testemunha apenas repita a declaração.....	95
5.2.6 Não permita que a testemunha dê explicações	96
5.2.7 Ouça ao depoimento da testemunha	97
5.2.8 Não discuta com a testemunha.....	98
5.2.9 Evite perguntas desnecessárias	98
5.2.10 Guarde a tese para a exposição final.....	99
5.3 CROSS-EXAMINATION SEM JÚRI?.....	100
5.3.1 Deposition.....	101
6 DIÁLOGO ENTRE OS SISTEMAS PROCESSUAIS ATRAVÉS DA ARBITRAGEM INTERNACIONAL	103
6.1 ENCONTRO ENTRE DIFERENTES CULTURAS JURÍDICAS.....	103
6.2 CONSTRUÇÃO DINÂMICA DE UM MODELO PROCESSUAL PARA A ARBITRAGEM INTERNACIONAL.....	105
6.2.1 Negociando as diferenças	105
6.2.2 Parâmetros processuais	107
6.2.3 Eficiência do procedimento	109
6.2.3.1 Jurisdição interativa	110
6.2.4 Flexibilidade e previsibilidade.....	112
6.2.5 Eliminando idiossincrasias processuais	115
6.3 EXAME DE ADMISSIBILIDADE DA PROVA TESTEMUNHAL	116
7 CROSS-EXAMINATION NA ARBITRAGEM À LUZ DA PRÁTICA INTERNACIONAL	119
7.1 CONCEITO DE TESTEMUNHA	119

7.2 DEPOIMENTO ESCRITO DA TESTEMUNHA	120
7.2.1 Conteúdo	120
7.2.2 Finalidade.....	121
7.2.3 Aditamento.....	123
7.3 CROSS-EXAMINATION	123
7.3.1 Função e limites	123
7.3.2 Técnicas de inquirição	125
7.3.3 Re-direct examination.....	127
7.3.4 Isolamento da testemunha.....	128
7.3.5 Witness conferencing.....	129
7.3.6 Inferência adversa	131
8 CROSS-EXAMINATION NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO À LUZ DO	
DIÁLOGO COM O PROCESSO ARBITRAL.....	134
8.1 INTERROGATÓRIO DIREITO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	134
8.2 POR QUE NÃO O DIÁLOGO COM O PROCESSO ANGLO-SAXÃO?	136
8.3 PERTINÊNCIA DO DIÁLOGO COM O PROCESSO ARBITRAL	138
8.4 REGRAS E TÉCNICAS.....	142
8.4.1 Leading question?	142
8.4.1.1 Vedação expressa no CPC	144
8.5 TÉCNICAS E POSTULADOS ELEMENTARES PARA O INTERROGATÓRIO CRUZADO.....	145
8.5.1 Postulados elementares	146
8.5.1.1 Preparação adequada.....	146
8.5.1.2 Definição dos objetivos	146
8.5.1.3 Atenção ao depoimento da testemunha	147
8.5.1.4 Evite discussão com a testemunha.....	147
8.5.2 Técnicas de inquirição	147
8.5.2.1 Pergunta curta e de linguagem simples.....	147
8.5.2.2 Pergunta fechada.....	148
8.5.2.3 Evite perguntas desnecessárias	149
8.5.2.4 Pergunta que se conheça a resposta	151
8.6 POSTURA DO JUIZ	152
8.7 DECLARAÇÃO ESCRITA	154
8.8 FORTALECIMENTO DO PAPEL DO ADVOGADO	156
CONCLUSÃO.....	160
BIBLIOGRAFIA	162

INTRODUÇÃO

Conquanto a Catedral de Notre Dame, desprovida de pináculos, não expresse plenamente a vertiginosa verticalidade das demais catedrais góticas em direção ao céu, não há dúvida de que ela representa o estilo gótico. A fim de se classificar uma obra de arte como pertencente a determinado estilo, basta que se encontrem nela alguns, porém não todos, dos elementos que compõem um ideal artístico.¹

Em se tratando de tipologia, no Direito Processual, assim como na arte, a busca por modelos abstratos, embora carregada de imprecisões, facilita a comparação entre diferentes sistemas jurídicos. No âmbito do processo, usualmente se recorre à divisão de trabalho entre o juiz e as partes — ou, mais precisamente, à *alocação* da atividade probatória² — para se delinear os traços distintivos entre os diferentes modelos processuais.

A principal finalidade da referida distinção é ilustrar a histórica contraposição entre o modelo processual dos países de *common law* como “*centrado nas partes*”, e o modelo processual dos países de *civil law* como “*centrado no juiz*”, a fim de identificar os polos de uma escala na qual situam-se os sistemas probatórios reais.³

Considerando-se, todavia, que atualmente os litigantes têm o ônus e o direito de apresentar todo o meio de prova relevante e possível, os sistemas processuais modernos estão “*centrados nas partes*”, e, conseqüentemente, a verdadeira diferença entre eles residiria apenas na *extensão* dos poderes instrutórios do juiz.⁴

Um dos melhores exemplos para ilustrar a referida distinção é justamente o interrogatório das testemunhas, uma vez que — pelo menos do ponto de vista histórico —, no sistema romano-germânico o juiz exerce o papel dominante, ao passo que, no anglo-saxão, são as partes que conduzem a inquirição.

Durante muitos séculos, a passividade do juiz na inquirição da testemunha, assim como na atividade probatória em geral, foi atribuída à circunstância de que cabia ao júri, e

¹ O exemplo é de DAMAŠKA, Mirjan R. *The faces of justice and state authority: a comparative approach to the legal process*. Yale University Press, New Haven, 1986, p. 05.

² DAMAŠKA, Mirjan R. *The uncertain fate of evidentiary transplants: Anglo-American and Continental experiments*, em *The American Journal of Comparative Law*, vol. 45, n. 4, Symposium: Civil Procedure Reform in Comparative Context, Oxford University Press, 1997, p. 840.

³ ZUCHERMAN, A.A.S. *Reform in the shadow of lawyers' interests*, em *Reform of Civil Procedure: Essays on Access to Justice*. Ed. A.A.S. Zucherman and Ross Cranston. Oxford, Clarendon Press. 1995, p. 75.

⁴ TARUFFO, Michele. *A prova*. Trad. João Gabriel Couto. São Paulo, Marcial Pons., 2014, p. 109.

não ao magistrado, julgar os fatos da causa. É famosa a afirmação de JAMES BRADLEY THAYER, no século XIX, de que o direito-probatório anglo-saxão era “*filho do júri*”,⁵ o que foi por muito tempo acompanhada pela visão que a doutrina brasileira tinha a respeito daquele ordenamento jurídico.⁶

O contexto histórico do julgamento pelo júri explica a predileção, naqueles países, pela prova testemunhal — simplesmente porque a única forma de se comunicar com uma pessoa que não sabia ler era falando diretamente com ela —, enquanto as origens lusitanas do direito brasileiro seriam a razão para a prevalência, por aqui, da prova documental.⁷

Todavia, a passividade do juiz vai muito além das raízes históricas do julgamento pelo júri, pois a postura do magistrado reflete, no processo anglo-saxão, a perspectiva liberal em relação ao Estado e a própria cultura da competição, em particular nos Estados Unidos.⁸

A doutrina mais recente, nos países de *common law*, reconhece que as características principais do direito probatório anglo-saxão decorrem do papel proeminente que as partes exercem naquele processo, ou, por outras palavras, da natureza adversarial do processo, sendo, portanto, o processo anglo-saxão “*filho do sistema adversarial*”, e não do “*júri*”.⁹

É justamente nesse contexto que se pode afirmar que o *cross-examination* é instituto típico do *common law*, sem paralelo em outros sistemas processuais.¹⁰ E mais do que isso: iniciada nos primórdios da era moderna, a prática do *cross-examination* alçou-se, no século XIX, ao posto de *garantia* fundamental do processo nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Historicamente, uma das principais garantias processuais do direito anglo-saxão consubstancia-se na faculdade de se inquirir diretamente a testemunha arrolada pela parte contrária, sob a premissa de que nenhuma declaração, salvo raras exceções, deve ser

⁵ *A preliminary treatise on evidence at the common law*. Little, Brown, and Co., Boston, 1898, p. 47.

⁶ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Nota sobre alguns aspectos do processo (civil e penal) nos países anglo-saxônicos*, em *Temas de Direito Processual*, Sétima Série, Rio de Janeiro, Saraiva, 2001, p. 162.

⁷ YARSHELL, Flávio Luiz. *Antecipação da prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova*. São Paulo, Malheiros, 2009, p. 132.

⁸ YARSHELL, Flávio Luiz. *Antecipação da prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova*. São Paulo, Malheiros, 2009, p. 133.

⁹ DAMAŠKA, Mirjan R. *Evidence law adrift*. Yale University Press. New Haven, 1997, p. 41.

¹⁰ LANGBEIN, John H. *The disappearance of civil trial in the United States*, em *The Yale Law Journal*, vol. 122, n. 3, The Yale Law Journal Company, 2012, p. 537.

admitida como prova se não houver sido testada, ou ao menos submetida, ao contrainterrogatório.

Não seria exagerado dizer que, naquela época, os principais processualistas ingleses e estadunidenses enalteciam, variada a intensidade, o *cross-examination* como elemento *definidor e essencial*¹¹ do direito anglo-saxão.¹²

A mais abalizada doutrina alçava o *cross-examination*, com evidente exagero, ao status de “*melhor mecanismo jurídico já inventado para a descoberta da verdade*”,¹³ tendo sido afirmado, ainda, que o aludido interrogatório desempenhava, com dignidade, nos sistemas de *common law*, a mesma função daquela exercida pela tortura na era medieval dos países de *civil law*.¹⁴

Afirmava-se ainda que, omitidas questões mais amplas de natureza política, foi o *cross-examination*, e não o julgamento pelo júri, a maior e mais duradoura contribuição do *common law* para o desenvolvimento do direito probatório,¹⁵ uma vez que a eficiência do sistema de justiça anglo-saxão repousava muito mais na forma pela qual a prova era produzida do que no júri em si.¹⁶

Ressalte-se, por relevante, que, do ponto de vista da advocacia, o *cross-examination* é visto como verdadeira *arte*, cujo domínio é fundamental para o próprio êxito da causa.¹⁷

¹¹ A jurisprudência inglesa do século XIX tratava o aludido interrogatório como um direito “sagrado” da parte, consignando, ainda, que o julgamento seria “tanto mais adequado quanto melhor fosse a oportunidade de *cross-examination*” (WIGMORE, John Henry. *A treatise on the Anglo-American system of evidence in trials at common law*. 2nd edition, Vol. I, parte II, p. 30).

¹² No século XIX, Bentham alertava que em nenhum país de tradição romano-germânica se praticava o modelo de interrogatório cruzado da testemunha — sendo a contradita certamente um instituto semelhante, porém notoriamente diverso —, o que inclusive poderia ser comprovado simplesmente pela ausência, naqueles países, de qualquer palavra ou expressão equivalente ao “*cross-examination*” (*Rationale of judicial evidence, specially applied to English practice*, Book III, Chapter XX, Hunt and Clarke, London, London, 1827, pp. 145/146).

¹³ “it [cross-examination] is beyond any doubt the greatest legal engine ever invented for the discovery of truth” (WIGMORE, John Henry. *A treatise on the Anglo-American system of evidence in trials at common law*. 2nd edition, Vol. I, parte II, título III, Little, Brown, and Company, Boston, 1923, p. 27).

¹⁴ WIGMORE, John Henry. *A treatise on the Anglo-American system of evidence in trials at common law*. 2nd edition, Vol. I, parte II, título III, Little, Brown, and Company, Boston, 1923, p. 27.

¹⁵ *A treatise on the Anglo-American system of evidence in trials at common law*. 2nd edition, Vol. I, parte II, título III, Little, Brown, and Company, Boston, 1923, p. 27.

¹⁶ *Rationale of judicial evidence, specially applied to English practice*, Book III, Chapter XX, Hunt and Clarke, London, London, 1827, pp. 145. Bentham defendia simplesmente que o julgamento pelo júri só era eficiente porque conduzido à luz da prática do *cross-examination* (*Rationale of judicial evidence, specially applied to English practice*, Book III, Chapter XX, Hunt and Clarke, London, London, 1827, pp. 145/146).

¹⁷ O famoso advogado inglês Edward Cox afirmava, no final do século XIX, que o *cross-examination* era “a mais rara, a mais útil e a mais difícil de ser adquirida dentre todas as competências de um advogado”, em WELLMAN, Francis Lewis. *The art of cross-examination: with the cross-examinations of important witnesses in some celebrated cases*. Macmillan, New York, 1906, p. 01, tradução livre.

Tal arte foi, ao longo dos séculos, sistematizada em diversos guias — algumas vezes chamados de “*mandamentos*”, pela importância que se dá ao tema —¹⁸ destinados a ensinar aos advogados as técnicas mais eficazes para se interrogar a testemunha adversa, usualmente com o intuito de atacar a sua credibilidade ou extrair dela informações relevantes para a causa.

Conquanto não haja dúvida de que, no *common law*, o magistrado está autorizado por lei a formular qualquer pergunta que lhe convenha à testemunha,¹⁹ é raríssimo que o juiz assim o faça, justamente para não desequilibrar a disputa entre as partes. No processo de *common law*, a necessidade de se garantir a isonomia substancial entre as partes, corolário do seu caráter adversarial, prevalece sobre — e limita frontalmente — a referida busca da verdade, o que explica, por exemplo, o receio lá, muito mais acentuado do que aqui, de se incentivar a atividade instrutória do juiz, a fim de não comprometer a sua imparcialidade.²⁰

Por sua vez, nos países de *civil law*, assim como no outrora existente tribunal de equidade (*equity court*), o equilíbrio entre o papel das partes e do juiz na inquirição de testemunhas é justamente o oposto do *common law*. Na tradição romano-germânica, a produção da prova oral costuma retratar um mecanismo burocrático centrado no juiz, que possui — mas pouco exerce — o poder necessário para interrogar as testemunhas com o propósito de obter a verdade acerca dos fatos em litígio.

Há, contudo, visível tendência, em diversos países de *civil law*, de se atribuir às partes, e não mais ao juiz, o protagonismo na inquirição das testemunhas, permitindo-se que os seus advogados interroguem *diretamente* as próprias testemunhas. Tal tendência apoia-se na propalada eficiência do *cross-examination*, associada ao reconhecimento de que a parte tem o direito de formular perguntas diretamente à testemunha sobre fatos que lhe pareçam relevantes para o deslinde da controvérsia.

Servem de exemplo as recentes alterações legislativas adotadas pela Espanha, Argentina e Japão,²¹ bem como o princípio 16 dos “Princípios do Processo Civil

¹⁸ A mais célebre de todas essas empreitadas foram os “*Ten commandments for cross-examination*” de Irving Younger veiculado em <https://www.youtube.com/watch?v=dBP2if0l-a8> (último acesso em 25.10.2019).

¹⁹ DAMAŠKA, Mirjan R. *Evidence law adrift*. Yale University Press. New Haven, 1997, p. 77.

²⁰ DAMAŠKA, Mirjan R. *Evidence law adrift*. Yale University Press. New Haven, 1997, pp. 121/122.

²¹ TARUFFO, Michele. *Il processo civile di “civil law” e di “common law”: aspetti fondamentali*, em *Il Foro Italiano*, vol. 124, n. 11, Societa Editrice Il Foro Italiano ARL, 2001, p. 346.

Transnacional”, elaborados em 2004 pela UNIDROIT, em conjunto com a *American Law Institute* (“PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL TRANSNACIONAL”).²²

Particularmente no Brasil, o artigo 459 do Código de Processo Civil — na linha da inovação já implementada pelo artigo 212 do Código de Processo Penal desde a reforma de 2008 — reconheceu o direito da parte de formular perguntas diretamente à testemunha, rompendo-se com a tradição segundo a qual o juiz intermediava as perguntas dos advogados das partes e as respostas das testemunhas.

Conquanto o *cross-examination* tenha sido criado e desenvolvido, ao longo de séculos, pelo *common law* — sem qualquer paralelo em outro sistema processual —, não se pode transplantá-lo da forma em que lá historicamente praticado.

Antes de qualquer transplante, é preciso verificar, por óbvio, se o instituto que se pretende importar é compatível com o ordenamento jurídico receptor. Tal precaução acentua-se ainda mais no campo do processo, uma vez que a eficácia do comando contido nas regras processuais sofre maior influência da estrutura e da organização judiciária local do que o verificado, em linhas gerais, com as regras de direito material.

Além do complexo componente cultural, são diversas as regras peculiares ao funcionamento e aplicação do interrogatório direto da testemunha nos países anglo-saxões que desaconselham o referido transplante.

Por sua vez, o modelo de processo para a produção da prova testemunhal usualmente adotado na arbitragem internacional, e em larga medida na arbitragem brasileira, adquiriu traços mais próximos da tradição anglo-saxã, em que se confere à parte a oportunidade de inquirir ativamente as testemunhas arroladas pela outra.

O referido modelo, no entanto, eliminou as idiossincrasias e formalismos processuais relacionados à prática do *cross-examination* no processo anglo-saxão, justamente porque a arbitragem é pautada na autonomia da vontade e na busca pela eficiência.

Com efeito, o modelo do processo arbitral *filtrou*, ao menos, três relevantes idiossincrasias, ou peculiaridades, do processo anglo-saxão intimamente relacionadas à

²² <https://www.unidroit.org/english/principles/civilprocedure/ali-unidroitprinciples-e.pdf> (último acesso em 15.11.2019).

prática do *cross-examination*: a *deposition*, o júri e a própria postura dos sujeitos do processo em relação à produção da prova testemunhal.

Por outras palavras, o regime do *cross-examination* foi *remodelado* pela prática arbitral internacional e brasileira, a qual, inclusive, serviu de inspiração para a nova regra veiculada pelo artigo 459 do Código de Processo Civil.

Propõe-se, dessa forma, o diálogo com o processo arbitral como a referência *adequada* para se compreender as alterações promovidas pelo protagonismo conferido à parte na produção da prova testemunhal, bem como para que se possa utilizar, de modo efetivo, as *técnicas* de inquirição intimamente relacionadas ao citado protagonismo.

Nesse contexto, o **CAPÍTULO 1** discorre sobre a alocação da atividade probatória como um dos traços distintivos entre os modelos processuais de *common law* e de *civil law*, seguida de alguns apontamentos sobre a busca da verdade e necessidade de se preservar a imparcialidade do julgador. Tratar-se-á, ademais, da constante aproximação entre os referidos modelos de processo à luz dos fenômenos da mundialização do direito e da modelização do processo, com destaque para o aumento do poder de gestão processual do juiz anglo-saxão e da tendência, nos países de tradição romano-germânica, de se inquirir diretamente a testemunha, bem como apresentar por escrito a sua declaração.

O **CAPÍTULO 2** trata das variações da oralidade nos países da Europa Continental, mediante a análise das principais características do processo romano-canônico, seguida das reformas processuais do século XIX em favor da oralidade, com destaque para o Código de Processo Civil alemão de 1877 e, o ainda mais influente e inovador, Código de Processo Civil austríaco de 1895. Numa perspectiva mais recente, destacar-se-á a reforma da oralidade no processo civil espanhol, iniciada pela Constituição Federal de 1978 e consolidada pela *Ley de Enjuiciamiento Civil* de 2000, além da tendência de se apresentar depoimento escrito da testemunha, bem como alguns apontamentos sobre novas tecnologias.

O **CAPÍTULO 3** é dedicado à influência do júri no *common law*. Nele se discorre sobre a história do júri, os seus conceitos básicos e principais características. Em seguida, demonstrar-se-á porque as limitações do modelo de julgamento pelo júri abriram espaço para que surgisse, na Inglaterra, por volta dos séculos XIV e XV, um segundo sistema de administração da Justiça, denominado de *equity courts* (tribunal de equidade). Tratar-se-á, ainda, da fusão dos sistemas de *equity law* e de *common law*, e em que medida essa fusão

contribuiu para a virtual extinção do júri nas demandas cíveis, com especial destaque para os Estados Unidos.

O **CAPÍTULO 4** demonstra que o *cross-examination* é um instituto típico do *common law*, sem paralelo em outros sistemas processuais, com status de garantia fundamental do processo e de elemento definidor da sua própria natureza adversarial, seguida da análise dos principais objetivos deste formato de inquirição.

O **CAPÍTULO 5** trata da arte do *cross-examination* no processo de *common law*, considerada, ao longo dos séculos, essencial para o sucesso do advogado e êxito da causa, com exemplos de advogados ilustres da Inglaterra e Estados Unidos do século XIX. Em seguida, serão analisadas as principais técnicas de inquirição cruzada da testemunha, alçadas, devido à sua importância, à categoria de “*mandamentos*” nos Estados Unidos. Por fim, será analisada a atual função e importância do *cross-examination* após a virtual extinção do júri nas demandas cíveis.

O **CAPÍTULO 6** discorre sobre o diálogo entre os sistemas processuais romano-germânico e anglo-saxão através da arbitragem internacional, com a consequente consolidação da prática internacional para a inquirição de testemunhas, e até mesmo de um *modelo processual* para a arbitragem internacional, muitas vezes reproduzido pelas arbitragens domésticas. Serão destacados, por sua vez, os alicerces deste modelo processual, notadamente os seus parâmetros processuais, a busca pela eficiência, a necessidade de uma jurisdição “*interativa*”, a ponderação entre a previsibilidade e a flexibilidade do procedimento e a necessidade de se eliminar as idiosincrasias processuais.

O **CAPÍTULO 7** analisa o *cross-examination* à luz da prática da arbitragem internacional, consubstanciada em atos processuais razoavelmente uniformes, porquanto considerados eficientes na obtenção da prova e atentos às diferentes filiações jurídicas envolvidas. Em seguida, serão pontuados os debates em torno de tais atos processuais, com destaque para as funções e os limites do *cross-examination*, as hipóteses em que se permite aditar o depoimento escrito da testemunha e a sequência ideal para a sua apresentação.

O **CAPÍTULO 8** discorre sobre pertinência de se promover o diálogo entre o processo civil brasileiro e o arbitral, a fim de se sustentar que o regime do *cross-examination* foi remodelado pela prática arbitral internacional e brasileira, a qual, inclusive, serviu de inspiração para a nova regra veiculada pelo artigo 459 do Código de Processo Civil. Consequentemente, propor-se-á o diálogo com o processo arbitral como a

referência adequada para se compreender as alterações promovidas pela citada regra, bem como para que se possa utilizar, de modo efetivo, as técnicas de inquirição intimamente relacionadas ao citado protagonismo. Em seguida, e à luz da nova regra legal, analisar-se-á a postura do juiz, a possibilidade de se apresentar declaração escrita da testemunha e as consequências do fortalecimento do papel do advogado na produção da prova testemunhal.

A **CONCLUSÃO** conclama, por fim, que o diálogo entre processo arbitral e estatal, feito aqui através do *cross-examination*, se estenda a outros institutos processuais, remodelados pela prática arbitral, e desde que úteis ao contencioso brasileiro, servindo o processo arbitral, ainda, como importante veículo para incursão no direito processual comparado.

CONCLUSÃO

No âmbito do processo, usualmente se recorre à divisão de trabalho entre o juiz e as partes — ou, mais precisamente, à *alocação* da atividade probatória — para se delinear os traços distintivos entre os modelos processuais do *common law* e do *civil law*.

Um dos melhores exemplos para ilustrar a referida distinção é justamente o interrogatório das testemunhas, uma vez que — pelo menos do ponto de vista histórico —, no sistema romano-germânico o juiz exerce o papel dominante, ao passo que, no anglo-saxão, são as partes que conduzem a inquirição.

Todavia, na esteira do fenômeno da mundialização do Direito, e da consequente modelização do processo, diversos países de *civil law* recentemente atribuíram às partes, e não mais ao juiz, o protagonismo na inquirição das testemunhas.

Particularmente no Brasil, o artigo 459 do Código de Processo Civil reconheceu o direito da parte de formular perguntas diretamente à testemunha, rompendo-se com a tradição segundo a qual o juiz intermediava as perguntas dos advogados das partes e as respostas das testemunhas.

Muito embora o *cross-examination* tenha sido criado e desenvolvido, ao longo de séculos, pelo *common law* — sem qualquer paralelo em outro sistema processual —, não se pode transplantá-lo da forma em que lá historicamente praticado. Além do complexo componente cultural, são diversas as regras peculiares ao funcionamento e aplicação do interrogatório direto da testemunha nos países anglo-saxões que desaconselham o referido transplante.

Por sua vez, o modelo de processo para a produção da prova testemunhal usualmente adotado na arbitragem internacional, e em larga medida na arbitragem brasileira, adquiriu traços mais próximos da tradição anglo-saxã, em que se confere à parte a oportunidade de inquirir ativamente as testemunhas arroladas pela outra.

O referido modelo, no entanto, eliminou as idiossincrasias e formalismos processuais relacionados à prática do *cross-examination* no processo anglo-saxão, justamente porque a arbitragem é pautada na autonomia da vontade e na busca pela eficiência.

Com efeito, o modelo do processo arbitral *filtrou*, ao menos, três relevantes idiossincrasias, ou peculiaridades, do processo anglo-saxão intimamente relacionadas à prática do *cross-examination*. São elas: a *deposition*, o júri e a própria postura dos sujeitos do processo em relação à produção da prova testemunhal.

Por outras palavras, o regime do *cross-examination* foi *remodelado* pela prática arbitral internacional e brasileira, a qual, inclusive, serviu de inspiração para a nova regra veiculada pelo artigo 459 do Código de Processo Civil.

Nesse contexto, a dissertação defendeu que o diálogo com o processo arbitral é uma referência adequada para se compreender as alterações promovidas pelo protagonismo conferido à parte na produção da prova testemunhal, bem como para que se possa utilizar, de modo efetivo, as *técnicas* de inquirição intimamente relacionadas ao citado protagonismo.

Caso bem-sucedido o diálogo entre processo arbitral e estatal, proposto aqui através do *cross-examination*, a dissertação consigna a esperança de se possa estendê-lo a outros institutos processuais, remodelados pela prática arbitral, sempre que úteis ao contencioso brasileiro, servindo o processo arbitral, ainda, como importante veículo para incursão no direito processual comparado.

BIBLIOGRAFIA

A

ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. *Soft law e produção de provas na arbitragem internacional*. São Paulo, Atlas, 2014.

_____. *Cross-examination: algumas questões*, em *Revista de Arbitragem e Mediação*, vol. 52, São Paulo, janeiro-março 2017.

AMRANI-MEKKI, Soraya. *El impacto de las nuevas tecnologías sobre la forma del proceso civil*, em CARPI, Federico; Manuel Ortellis (editores). *Oralidad y escritura en un proceso civil eficiente*, Vol. I, Ponencias Generales e Informes Nacionales. Universitat di València. Asociación Internacional de Derecho Processal, 2008.

ANDRIOLI, Virgilio. *Studi sulle prove civili*. Giuffrè Editore, Milano, 2008.

AUBRY, Charles; RAU, Charles. *Cours de droit civil français*. 5^e édition., t. XII, par Bartin, Paris, 1922.

B

BAER, Jules H.; BALICER, Simon. *Cross-examination and summation: containing principles and practice of trial procedure*. 2nd edition, Fallon Law Book Company, New York, 1978.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Nota sobre alguns aspectos do processo (civil e penal) nos países anglo-saxônicos*, em *Temas de Direito Processual*, Sétima Série, Rio de Janeiro, Saraiva, 2001.

_____. *Processo civil e processo penal: mão e contramão?*, em *Temas de Direito Processual*, Sétima Série, Rio de Janeiro, Saraiva, 2001.

_____. *Reflexões sobre a imparcialidade do juiz*, em *Temas de Direito Processual*, Sétima Série, Rio de Janeiro, Saraiva, 2001.

_____. *O processo civil brasileiro entre dois mundos*, em *Temas de Direito Processual*, Oitava Série, Rio de Janeiro, Saraiva, 2004.

_____. *Correntes e contracorrentes no processo civil contemporâneo*, em *Temas de Direito Processual*, Nona Série, Rio de Janeiro, Saraiva, 2009.

_____. *O processo civil contemporâneo: um enfoque comparativo*, em *Temas de Direito Processual*, Nona Série, Rio de Janeiro, Saraiva, 2009.

BATISTA LOPES, João. *Código de processo civil anotado*, em TUCCI, José Rogério Cruz e *et all* (coord.), GZ Editora, Rio de Janeiro, 2016.

_____. *A prova no processo civil*. 3ª edição, São Paulo, 2007.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo, Malheiros, 2006.

_____. *Poderes instrutórios do juiz*. 7ª edição. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2013.

BENEDUZI, Renato. *Introdução ao processo civil alemão*, 2ª edição, Juspodivm, Salvador, 2018.

BERMUDES, Sergio. *Introdução ao processo civil*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 2006.

BENTHAM, Jeremy. *Rationale of judicial evidence, specially applied to English practice*, in five volumes, Hunt and Clarke, London, London, 1827.

BERGER, Klaus Peter; JENSEN, J. Ole. *Due process paranoia and the procedural judgment rule: a safe harbor for procedural management decisions by international*

arbitrators, em BOSCO LEE, João Bosco; LEVY, Daniel de Andrade (eds), *Revista Brasileira de Arbitragem*, Comitê Brasileiro de Arbitragem CBAr & IOB; Kluwer Law International, Volume XIV Issue 54, 2017.

BLACKABY, Nigel. *Witness preparation - a key to effective advocacy in international arbitration*, em VAN DEN BERG, Albert Jan (ed), *Arbitration Advocacy in Changing Times*, ICCA Congress Series 2010 Rio de Janeiro, volume 15, Kluwer Law International, 2011.

BLACKABY, Nigel; PARTASIDES, Constantine; REDFERN, Alan; HUNTER, Martin, *Redfern and Hunter on international arbitration*, Sixth Edition, Oxford University Press, 2015.

BLACKSTONE, William. *Commentaries on the law of England*. 4 books, Rees Welsh & Company, Philadelphia, 1898.

BONICIO. Marcelo José Magalhães. *Arbitragem e Estado: ensaio sobre o litígio adequado*, em *Revista de Arbitragem e Mediação*, volume 45, São Paulo, abril – junho 2015.

BONIZZI, Marcelo José Magalhães. *Fundamentos da prova civil: teoria geral da prova e provas em espécie segundo o novo CPC*. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2017.

BORN, Gary B., *International commercial arbitration*, Kluwer Law International, 2nd edition, 2014.

BURNETT, Harry; WEISS, David. *Systematic advocacy: a guide to cross-examination in international arbitration*, em BOSCO LEE, João Bosco; LEVY, Daniel de Andrade (eds), *Revista Brasileira de Arbitragem*, Comitê Brasileiro de Arbitragem CBAr & IOB; Kluwer Law International, Volume XIII, Issue 51, 2016.

C

CADIET, Loïc. *La preuve*, em FERRAND, Frédérique, *La procedure civile mondiale modélise: Le projet de l'American Law Institute et d'Unidroit de Principes et Règles de procedure civile transnationale*, Actes du colloque de Lyon du 12 juin 2003, Collection Droit et Procedures, Paris, 2004.

CADIET, Loïc, *La discintion entre civil law et common law a-t-elle encore un sense?*, em MEKKI, Mustapha; CADIET, Loïc et GRIMALDI, Ciry (dir.) *La Preuve: Regards Croisés*, Paris, 2015.

CADIET, Loïc; JEULAND, Emmanuel. *Droit judiciaire privé*. 10^e édition, LexisNexis, Paris, 2017.

CAHALI, Francisco José. *Curso de arbitragem*. 5^a edição, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2015.

CAIRNS, David J. *The premises of witness questioning in international arbitration*, em MENAKER, Andrea (ed.). *International Arbitration and the Rule of Law: Contribution and Conformity*, ICCA Congress Series, Volume 19, Kluwer International Law, 2017.

CALMON, Petrônio. *O modelo oral de processo no século XXI*, em *Revista de Processo*, volume 178, 2019.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant G. *Introduction - Policies, Trends and Ideas in Civil Procedure*, em CAPPELLETTI, Mauro (chief editor), *Civil Procedure*, Chapter 1, Vol. XVI, International encyclopedia of comparative law/under the auspices of the International Association of Legal Science, DAVID, René et all (editorial committee), J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), Tübingen, Martinus Nijhoff Publishers, Dordrecht, Boston, Lancaster, 1987.

CAPPELLETTI, Mauro. *The judicial process in comparative perspective*. Oxford University Press. Great Britain, 1989.

_____. *Social and political aspects of civil procedure-reforms and trends in Western and Eastern Europe*, em *Michigan Law Review*, 1971.

_____. *La oralidade y las pruebas en el proceso civil*, tradução de Santiago Sentís Melendo, Colección Ciencia del Proceso, Ediciones Juridicas Europa-America, Bueno Aires, 1972.

_____. *O processo civil no direito comparado*. Trad. Hiltomar Martins Oliveira. Belo Horizonte, Líder, 2001.

_____. *Problemas de reforma do processo civil nas sociedades contemporâneas*, em *Revista de Processo*, volume 65, 1992.

CARLON, Marinn. *The examination and cross-examination of witnesses*, em VAN DEN BERG, Albert Jan (ed.), *Arbitration Advocacy in Changing Times*, ICCA Congress Series 2010, Rio de Janeiro, volume 15, Kluwer Law International, 2011.

CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo: um comentário à Lei n.º 9.307/96*, 3ª edição, São Paulo, Atlas, 2009.

_____. *Flexibilização do procedimento arbitral*, em *Revista Brasileira de Arbitragem*, Comitê Brasileiro de Arbitragem CBAr & IOB; Comitê Brasileiro de Arbitragem CBAr & IOB, Volume VI, Issue 24, 2009.

CHACUR DE MIRANDA, Daniel. *A produção da prova testemunhal na arbitragem à luz da flexibilidade e da previsibilidade na prática internacional*, em *Revista Brasileira de Arbitragem*, Ano X, número 38, São Paulo, 2013.

CHAYES, Abram. *The role of the judge in public law litigation*, em *Harvard Law Review*, Volume 89, May 1976, Number 7.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Principii di Diritto Processuale Civile*. Jovene, Napoli, 1965.

_____. *Instituições de direito processual civil*, tradução de Paolo Capitanio, 4ª edição, Campinas: Bookseller, 2009.

CLÈRE, Jean-Jacques. *Remarques introductives sur la preuve par témoins en droit civil français*, em GARNOT, Benoît (dir.). *Les témoins devant la justice: Une histoire des statuts et des comportements*, Presses universitaires de Rennes, Rennes: 2003.

COLIN, Ambroise; CAPITANT, Henri. *Cours élémentaire de droit civil*. 10^e édition, Dalloz, par Juliot de la Morandière, Paris, 1953.

COMOGLIO, Luigi Paolo. *Garanzie costituzionali e 'giusto processo' (modelli a confronto)*, em *Revista de Processo* n.º 90, São Paulo, Revista dos Tribunais, abril – junho 1998.

CORNELIUS, Asher L. *The cross-examination of witnesses: rules, principles and illustrations*. The Bobbs-Merrill Company Publishers, Indianapolis, 1929.

CORRÊA, Fábio Peixinho Gomes. *The presentation of evidence in international commercial arbitration: bridging gaps between evidentiary rules and free evaluation of evidence*, em *Revista de Arbitragem e Mediação*, ano 6, n. 21, São Paulo, Instituto Brasileiro de Direito Comparado, abril – junho de 2009.

COUCHEZ, Gérard; Lagard, Xavier. *Procédure civile*, 16^e édition, Dalloz, Paris, 2011.

COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos del derecho procesal civil*, 4ª edición, Editorial B de F, Buenos Aires, 2005.

CRAIG, William Laurence.; PARK, William W.; PAULSSON, Jan. *International chamber of commerce arbitration*, 3 ed., 2000.

CREMADES, Bernardo M. *Overcoming the clash of legal cultures: the role of interactive arbitration*, em *Arbitration International*, volume 14, issue 2, 1998.

_____. *¿Americanización de la fase escrita del arbitraje internacional?*, em *Arbitraje: Revista de Arbitraje Comercial y de Inversiones?* Centro Internacional de Arbitraje, Mediación y Negociación (CIAMEN); IproLex, Volume 6, Issue 1, 2013.

CREMADES, Bernardo M; CAIRNS, David J. A. *Cross-examination in international arbitration: is it worthwhile?* em NEWMAN, Lawrence W; SHEPPARD JR, Ben H. (editors). *Take the witness: cross-examination in international arbitration*. Juris. 2010.

D

DAMAŠKA, Mirjan R. *The faces of justice and state authority: a comparative approach to the legal process*. Yale University Press, New Haven, 1986.

_____. *Evidence law adrift*. Yale University Press. New Haven, 1997.

_____. *The uncertain fate of evidentiary transplants: anglo-american and continental experiments*, em *The American Journal of Comparative Law*, vol. 45, no. 4, Symposium: Civil Procedure Reform in Comparative Context, Oxford University Press, 1997.

DAVID, René; JAUFFRET-SPINOSI, Camille. *Les grands systems de droit contemporains*. 11^a édition, Dalloz, Paris, 2002.

DEL CLARO, Roberto. *Direção material do processo*. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2009.

DERAINS, Yves, *La pratique de l'administration de la preuve dans l'arbitrage commercial international*, em *Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage Volume 2004, Issue 4, 2004.

DESSEM, Lawrence R. *Pretrial litigation: law, policy & practice*, 2nd edition, American Case Book Series, West Publishing Co., Minnesota, 1996.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant G. *Dealing in virtue: international commercial arbitration and the construction of a transnational legal order*, The University of Chicago Press, London, 1996.

DENTI, Vittorio. *Cross-examination e processo civile*, in *Il Foro Italiano*, vol. 110, n. 6, Societa Editrice Il Foro Italiano ARL, 1987.

DIERYCK, Christian. *Procédure et moyens de preuve dans l'arbitrage commercial international*, em *Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage, issue 2, 1988.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A arbitragem na teoria geral do processo*. Malheiros, São Paulo, 2013.

_____. *Fundamentos do processo civil moderno*. 6. ed. São Paulo, Malheiros, 2010.

_____. *A instrumentalidade do processo*, 15ª edição, São Paulo, Malheiros, 2013.

_____. *Instituições de direito processual civil*, volume III, 7ª edição, São Paulo, Malheiros, 2017.

DOMAT, Jean. *Les lois civiles dans le ordre naturel*. 2º éd., t. II, Paris, 1691

DONDI, Angelo; ANSANELLI, Vincenzo; COMOGLIO, Luigi Paolo. *Processi civili in evoluzione: una prospettiva comparata*. Giuffré Editore, 2015.

E

EASTON, Stephen D. *Irving Younger's ten commandments of cross-examination: a refresher course*, em *American Journal of Trial Advocacy*, Holly Howell, Alabama, 2002.

EDWARDS, Harry T. *Comments on Mirjan Damaška's of evidentiary transplants*, em *The American Journal of Comparative Law*, vol. 45, n. 4, Oxford University Press, 1997.

ELSING, Siegfried H.; TOWNSEND, John M., *Bridging the common law civil law divide in arbitration*, em *Arbitration International*, Vol. 18, No. 1, LCIA, 2002.

ENGELMANN, Arthur. *A history of continental civil procedure*. Translated and edited by Robert Wyness Millar, em *The Continental Legal History Series*. Association of American Law Schools, Little, Brown, and Company, Boston, 1927.

ETTORE NANNI, Giovanni. *Submissões escritas: a técnica do advogado em arbitragens*, em *Revista de Arbitragem e Mediação*, vol. 5, São Paulo, Thomson Reuters, 2017.

F

FERRAND, Frédérique. *Les principes ALI/Unidroit de procédure civile pour les litiges transnationaux en matière commerciale*, em *Revue de droit des affaires internationales*, Thomson Reuters, London, janv. 2006.

FERRAND, Frédérique. *Rapports entre principes et règles dans le projet ALI-Unidroit*, em FERRAND, Frédérique (dir.). *La procédure civile mondiale modélise: Le projet de l'American Law Institute et d'Unidroit de Principes et Règles de procédure civile transnationale*, Actes du colloque de Lyon du 12 juin 2003, Collection Droit et Procédures, Paris, 2004.

FICHTNER, José Antonio; MANNHEIMER, Sergio Nelson et al., *Repercussões do anteprojeto e do substitutivo ao projeto do novo código de processo civil na arbitragem*, em *Revista Brasileira de Arbitragem*, Comitê Brasileiro de Arbitragem CBAr & IOB; Comitê Brasileiro de Arbitragem CBAr & IOB, Volume VIII, Issue 29, 2011.

FRANCOZ TERMINAL, Laurence. *European private law: a handbook*, em *Compte rendu RTDEur*. 2012, sur la direction de M. BUSSANI, F. WERRO, Stämpfli publishers Ltd Berne, Bruylant Brussels, 2009.

FOUCHARD, Phillippe. *L'arbitrage et la mondialisation de l'économie*, em *Écrits. - Droit de l'arbitrage. Droit du commerce international*. Éditions du Comité français de l'arbitrage, 2007.

G

GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John. *Fouchard Gaillard Goldman on international commercial arbitration*, Kluwer Law International, 1999.

GAILLARD, Emmanuel. *Legal theory of international arbitration*, Martinus Nijhoff Publishers, 2010.

_____. *The present – commercial arbitration as a transnational system of justice: international arbitration as a transnational system of justice*, em VAN DEN BERG, Albert (ed), *Arbitration: the next fifty years*, ICCA Congress Series, vol. 16, Kluwer Law International, 2012.

GARSONNET, Eugène. *Traité théorique et pratique de procédure*. t. 2, Larose, Paris, 1898.

GASCÓN INCHAUSTI, Fernando. *Le droit de la preuve en Espagne: au carrefour entre civil law et common law?*, em MEKKI, Mustapha; CADIET, Loïc et GRIMALDI, Ciry (dir.) *La Preuve: Regards Croisés*, Paris, 2015.

GILLES, Peter. *Civil justice systems and civil procedures in conversion. main problems and fundamental reform movements in Europe - a comparative view*, em *Revista de Processo* 173, São Paulo, julho de 2009.

_____. *Electronic civil procedure (some remarks to general aspects in concern of civil court proceedings, teletechnology and e-procedural law)*, em *Revista de Processo*, 158, São Paulo, abril de 2008.

GILMORE, Grant. *The ages of American law*. New Haven, Yale University Press, 1977.

GLASSON, Ernest-Désiré. *Précis théorique et pratique de procédure civile*. F. Pichon. Paris, 1902.

GUINCHARD, Serge; CHAINAIS, Cécile; FERRAND, Frédérique et all. *Droit processuel: droits fondamentaux du procès*. 10^e edition, Dalloz, Paris, 2019.

GOTTWALD, Peter. *Civil procedure reform in Germany*, em *The American Journal of Comparative Law*, vol. 45, no. 4, 1997.

GREENBERG, Simon; LAUTENSCHLAGER, Felix. *Adverse inference in international arbitral practice*, em *ICC International Court of Arbitration Bulletin*, volume 22, number 2, 2011.

GRIERSON, Jacob; VAN HOOFT, Annet. *Arbitrating under the 2012 ICC Rules*, Kluwer Law International, 2012.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *O processo em evolução*. Rio de Janeiro, Forense, 1996.

_____. *A marcha do processo*. Rio de Janeiro, Forense, 2000.

_____. *Mudanças estruturais no processo civil brasileiro*, em *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*, v. 44. 2006.

_____. *Ensaio sobre a processualidade: Fundamentos para uma nova teoria geral do processo*. Gazeta Jurídica. 2016.

H

HARBST, Ragnar. *A counsel's guide to examining and preparing witnesses in international arbitration*. Kluwer Law International, 2015.

HAZARD JR., Geoffrey C.; TARUFFO, Michele. *American civil procedure – an introduction*, New Haven, Yale University, 1993.

HAZARD, Geoffrey C. Jr. *Jury trial and the principles of transnational civil procedure*, em *Penn State International Law Review*, Pennsylvania, 2006.

HAZARD, Geoffrey C. Jr.; TARUFFO, Michele. *Transnational rules of civil procedure rules and commentary*, em *Cornell International Law Journal*, Cornell Law School, 1997.

HELMHOLZ, R. H. *The early history of the grand jury and the Canon Law*, in *The University of Chicago Law Review*, vol. 50, n. 2, 1983.

HOLDSWORTH, W.S. *A History of English Law*, Volume I, Methuen & Co. LTD., London, 1903.

HOLMES, Oliver Wendell. *Collected legal papers*, Harcourt, Brace and Howe, Inc., New York, 1920.

HOMBURGER, Adolf. *Functions of orality in Austrian and American Civil Procedure*, em *Buffalo Law Review*, Buffalo Law School, 1970.

HOUTE, Hans Van, *Counsel-witness relations and professional misconducts in civil law systems*, em LÉVY, Laurent; VEEDER, V.V., *Arbitration and oral evidence*, Dossiers ICC Institute of World Business Law, ICC Publishing, Paris, 2005.

HOUTE, Vera Van. *Adverse inference in international arbitration*, em GIOVANNINI, Teresa; MOURRE, Alexis (eds.) *Discovery in International Arbitration: New Issues and Tendencies*, Dossiers of the ICC Institute of World Business Law, Volume 6, Kluwer International Law, International Chambers of Commerce, 2009.

HUNTER, Martin. *The procedural powers of arbitrators under the English 1996 Act*, 13 *Arbitration International* 353, 1997.

HWANG, Michael; CHIN, Andrew. *The role of witness statements in international commercial arbitration*, em VAN DEN BERG, Albert Jan (ed), *International Arbitration 2006: Back to Basics?* ICCA Congress Series 2006 Montreal Volume 13, Kluwer Law International, 2007.

J

JAMES, Fleming; HAZARD, Geoffrey C; LEUBSDORF, John. *Civil procedure*, 4th edition, Little Brown and Company, Boston, 1992.

JENKS, Edward. *A short history of English law: from the earliest times to the end of the year 1911*, Methuen & Co, Ltd. London, 1912.

JEULAND, Emmanuel. *Preuve judiciaire et culture française*, em *Droit et cultures*. Revue Internationale Interdisciplinaire, <http://journals.openedition.org/droitcultures> (acesso em 28.02.2019), 2009.

JOLOWICZ, J. A. *Adversarial and inquisitorial models of civil procedure*, em *The International and Comparative Law Quarterly*, vol. 52, n. 2, 2003.

_____. *Civil litigation: what's it for?* em *The Cambridge Law Journal*, vol. 67, no. 3, 2008.

K

KANE, Mary Kay. *Civil procedure*. 5^a ed, Saint Paul: Thomson West, 2003.

KAPLAN, Benjamin; VON MEHREN, Arthur T.; e SCHAEFER, Rudolf. *Phases of German civil procedure I*, em *Harvard Law Review*, vol. 71, n. 7, 1958.

KARTON, Joshua. *The culture of international arbitration and the evolution of contract law*. Oxford, 2013.

KAUFMANN-KOHLER, Gabrielle. *Soft law in international arbitration: codification and normativity*, em *Journal of International Dispute Settlement*, 2010.

KÜHNER, Detlev. *The revised IBA Rules on the taking of evidence in international arbitration*, em *Journal of International Arbitration*, volume 27, issue 6, Kluwer Law International, 2010.

L

LAMBERT, Édouard. *Common law et droit civil: leurs branches américaines et l'étude comparative de ces branches*, em *Bulletin de l'Institut de droit comparé de Lyon*, Lyon, 1941.

LAMM, Carolyn B.; VASQUEZ JR., Francis A et all. *Ten guidelines for the cross-examination of financial and technical experts*, em NEWMAN, Lawrence W; SHEPPARD JR, Ben H. (editors). *Take the witness: cross-examination in international arbitration*. Juris. 2010.

LANGBEIN, John H. *The disappearance of civil trial in the United States*, em *The Yale Law Journal*, vol. 122, n. 3, The Yale Law Journal Company, 2012.

_____. *The German advantage in civil procedure*, em *The University of Chicago Law Review*, vol. 52, n. 4, 1985.

_____. *Comparative civil procedure and the style of complex contracts*, em *The American Journal of Comparative Law*, vol. 35, n. 2, 1987.

_____. *Historical foundations of the law of evidence: A View from the Ryder Sources*, em *Columbia Law Review*, vol. 96, n. 5, 1996.

LANDSMAN, Kim J. *Cross-examining a technical or scientific expert*, em NEWMAN, Lawrence W; SHEPPARD JR, Ben H. (editors). *Take the witness: cross-examination in international arbitration*. Juris. 2010.

LANGBEIN, John H.; LERNER, Renée Lettow, SMITH, Bruce P. *History of the common law: the development of the Anglo-American legal institutions*. 2nd edition, Aspen Publishers, Wolters Kluwer, Philadelphia, 2009.

LEVASSEUR, Alain et FONTENOT, Judge H. W. *Le droit de la preuve aux États-Unis*, em MEKKI, Mustapha; CADIET, Loïc et GRIMALDI, Ciry (dir.) *La Preuve: Regards Croisés*, Paris, 2015.

LÉVY-BRUHL, Henri. *La preuve judiciaire: Étude de sociologie juridique*. Paris, Marcel Rivière, 1964.

LEVY, Laurent; REED, Lucy. *Managing fact evidence in international arbitration*, em VAN DEN BERG, Albert Jan (ed), *International Arbitration 2006: Back to Basics?* ICCA Congress Series, 2006 Montreal, volume 13, Kluwer Law International, 2007.

LEW, Julian DM; MISTELLIS, Loukas; KRÖLL, Stefan M. *Comparative international commercial arbitration*, Kluwer Law International, 2003.

LOBIN, Yvette. *Procédure écrite et procédure orale*, em *Études de Droit Contemporain* (nouvelle série) au VIII^e Congrès International de Droit Comparé, Pescara 1970, Ouvrage publié sous les auspices du Centre Français de Droit Comparé et avec le concours du Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1970.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Fundamentos do processo estrutural*, em JAYME, Fernando Gonzaga; MAIA, Renata Christiana Vieira; REZENDE, Ester Camila Gomes Norato (org.). *Inovações e modificações do Código de Processo Civil: avanços, desafios e perspectivas*. Editora Del Rey. São Paulo, 2017.

M

MANKIEWICZ, H. *Introduction a l'etude du droit compare*, em *Le travail en equipes internationales – Le recueil Lambert*, Bulletin de l'Institut de Droit Comparé de Lyon. Faculté de Droit de Lyon. Première Année, n. 2 et 3, Mai 1938.

MARINONI, Luiz Guilherme. *La prueba en el sistema oral brasileño*, em CARPI, Federico; Manuel Ortellis (editores). *Oralidad y escritura en un proceso civil eficiente*, Vol. I, Ponencias Generales e Informes Nacionales. Universitat di València. Asociación Internacional de Derecho Processal, 2008.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Prova e convicção – de acordo com o CPC de 2015*, 3^a edição. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2017.

_____. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Comentários ao código de processo civil*, tomo VII, em MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO (coord.), Revista dos Tribunais, São Paulo, 2018.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Código de processo civil comentado*, 4ª edição, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2019.

_____. *Novo código de processo civil comentado*. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2015.

MARTÍN DIZ, Fernando. *Oralidad y eficiencia del proceso civil: ayer, hoy y mañana*, em CARPI, Federico; Manuel Ortellis (editores). *Oralidad y escritura en un proceso civil eficiente*, Vol. II, Comunicaciones. Universitat di València. Asociación Internacional de Derecho Processal, 2008.

MÄSCH, Gerald. *Le droit de la preuve en Allemagne*, em MEKKI, Mustapha; CADIET, Loïc et GRIMALDI, Ciry1 (dir.) *La Preuve: Regards Croisés*, Paris, 2015.

MONIS DE ARAGÃO, Egas Dirceu. *Procedimento, formalismo e burocracia*, em Revista Forense, v. 358, nov-dez, Rio de Janeiro, 2001.

MILLER, Geoffrey P. *The legal-economic analysis of comparative civil procedure*, in *The American Journal of Comparative Law*, vol. 45, n. 4, Symposium: Civil Procedure Reform in Comparative Context, Oxford University Press, 1997.

_____. *Introduction: economic analysis of civil procedure*, in *The Journal of Legal Studies*, vol. 23, n. 1, The University of Chicago Press, 1994.

MORGAN, Edmund M. *The jury and the exclusionary rules of evidence*, em *The University of Chicago Law Review*, vol. 4, n. 2, 1937.

MOSER, Michael J. *The 'pre-hearing checklist' – a technique for enhancing efficiency in international arbitral proceedings*, em *Journal of International Arbitration*, Kluwer Law International, volume 30, issue 2, 2013.

MOTULSKY, Henri. *Écrits, études et notes de procédure civile*. 2^e édition, Dalloz, Paris, 2010.

MUSTILL, Michael, *The new lex mercatoria: the first twenty-five years*, em *Arbitration International*, volume 4, issue 2, 1988, p. 86.

N

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de processo civil comentado*, 16^a edição. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2016.

NEVES, Daniel de Amorim Assunção. *Novo código de processo civil comentado*, 3^a edição, Editora Juspodivm, Salvador, 2018.

NIEVA FENOLL, Jordi. *The disadvantage of orality*, em CARPI, Federico; Manuel Ortellis (editores). *Oralidad y escritura en un proceso civil eficiente*, Vol. II, Comunicaciones. Universitat di València. Asociación Internacional de Derecho Processal, 2008.

NUNES PINTO, José Emílio. *Anotações práticas sobre a produção de prova na arbitragem*, em *Revista Brasileira de Arbitragem*, Comitê Brasileiro de Arbitragem CBar & IOB, Volume VII Issue 25, 2010.

P

PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*. Atlas, São Paulo, 2012.

PARGENDLER, Mariana. *The rise and decline of legal families*, em *The American Journal of Comparative Law*, vol. 60, n. 4, 2012.

PEYRANO, Jorge W. *La prueba entre la oralidad y la escritura*, em CARPI, Federico; Manuel Ortellis (editores). *Oralidad y escritura en un proceso civil eficiente*, Vol. I, Ponencias Generales e Informes Nacionales. Universitat di València. Asociación Internacional de Derecho Processal, 2008.

PERTILE, Antonio. *Storia del diritto italiano: dalla caduta dell'impero romano alla codificazione*, seconda edizione (riveduta e migliorata), Volume VI - Parte I: Storia della Procedura, Unione Tipografico Editrice, Torino, 1900.

PICHE, Catherine. *Dimensions contemporaines de la preuve civile québécoise à la croisée des catégories du droit*, em MEKKI, Mustapha; CADIET, Loïc et GRIMALDI, Ciry (dir.) *La Preuve: Regards Croisés*, Paris, 2015.

PICÓ I JUNOY, Joan. *El principio de oralidad en el proceso civil español*, em CARPI, Federico; Manuel Ortellis (editores). *Oralidad y escritura en un proceso civil eficiente*, Vol. I, Ponencias Generales e Informes Nacionales. Universitat di València. Asociación Internacional de Derecho Processal, 2008.

PLANIOL, Marcel. *Traité élémentaires de droit civil*. 9^e édition., t. 2, Libr. Gen. de Paris, Paris, 1923.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao código de processo civil*, tomo IV, 3^a edição, Rio de Janeiro: Forense, 1999.

PRATT, Timothy A. *The ten commandments of cross-examination*. FDCC Quarterly; Tampa Vol. 61, Ed. 2, Winter 2011.

PROTO PISANI. Andrea. *Lezioni di diritto processuale civile*, quinta edizione, Jovene editore, Napoli, 2006.

PRYLES, Michael, *Limits to party autonomy in arbitral procedure*, em *Journal of International Arbitration*, volume 24, issue 3, Kluwer Law International 2007.

POLINSKY, Mitchell. *An introduction to law and economics*. Wolters Kluwers, 4th edition, New York, 2011.

POLKINGHORNE, Michael; GILL, Benjamin Ainsley, *Due process paranoia: need we be cruel to be kind?* in *Journal of International Arbitration*, Maxi Scherer (ed), Kluwer Law International; Kluwer Law International 2017, Volume 34 Issue 6.

POSNER, Richard. *The economics of justice*. Harvard University Press. Massachusetts, 1983.

PUOLI, José Carlos Baptista. *Os poderes do juiz e as reformas do processo civil*, Juarez de Oliveira, São Paulo, 2001.

R

RAMOS, Vitor de Paula. *Prova testemunhal: do subjetivismo ao objetivismo. Do isolamento científico ao diálogo com a psicologia e a epistemologia*. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2018.

REICHEKT, Luis Alberto. *O direito fundamental à prova e a oitiva de testemunhas segundo o código de processo civil brasileiro*, em *Grandes Temas do Novo CPC*, DIDIER JR., Fredie (coord.) 3ª ed., v. 5. Editora JusPodivm, Salvador: 2018.

RESNIK, Judith. *Managerial judges*, em *Harvard Law Review*, vol. 96, no. 2, The Harvard Law Review Association, 1982.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Breves comentários ao novo código de processo civil*, coord: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno, 3ª edição, Revistas dos Tribunais, São Paulo, 2016.

RONEY, David P., *Effective witness preparation for international commercial arbitration*, em *Journal of International Arbitration*, volume 20, issue 5, Kluwer Law International 2003.

S

SANTOS, Moacir Amaral. *Prova judiciária no cível e no comercial*, volume III, 3ª edição, São Paulo, Max Limonad, 1964.

SCHLAEPFER, Anne Véronique. *Witness statements*, em LÉVY, Laurent; VEEDER, V.V., *Arbitration and oral evidence*, Dossiers ICC Institute of World Business Law, ICC Publishing, Paris, 2005.

SCHNEIDER, Wendie Ellen. *Engines of truth: producing veracity in the Victorian courtroom*. Yale University Press, New Haven, 2015.

SHARPE, Jeremy K. *Drawing Adverse inference from the non-production of evidence*, em *Arbitration International*, volume 22, n. 4, LCIA, 2006.

SHAVELL, Steven. *Foundations of economic analysis of law*. Harvard College, 1999.

SHEPPARD JR., Ben. *Taking charge: proven tactics for effective witness control*, em NEWMAN, Lawrence W; SHEPPARD JR, Ben H. (editors), *Take the witness: cross-examination in international arbitration*. Juris. 2010.

SHORE, Laurence. *Do witness statements matter – and if so, how can they be improved?* em VAN DEN BERG, Albert Jan (ed), *Legitimacy: myths, realities, challenges*, ICCA Congress Series, Volume 18, Kluwer Law International; ICCA & Kluwer Law International 2015.

SHROFF, Pallavi. *Due process in international arbitration: balancing procedural fairness and efficiency*, em MENAKER, Andrea (ed), *International arbitration and the rule of law: contribution and conformity*, ICCA Congress Series, vol. 19, Kluwer Law International, 2017.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *O direito de defesa no processo civil brasileiro*, São Paulo, Atlas, 2011.

SMIT, Robert H. *Cross-examining witness before civil law arbitrators*, em NEWMAN, Lawrence W; SHEPPARD JR, Ben H. (editors), *Take the witness: cross-examination in international arbitration*. Juris. 2010.

SOLEIL, Sylvain; AMRANI-MEKKI, Soraya. *Formes et délais: linéaments d'histoire de l'économie du procès*, em CADIET, Loïc; DAUCHY, Serge; HALPERIN; Jean-Louis (dir.), *Itinéraires d'histoire de la procédure civile: Regards français*, séminaire, en 2011 et 2012, à Paris; organisé par l'Institut de recherche juridique de la Sorbonne, EDS, Paris 1; le Centre d'histoire judiciaire, CNRS, Université Lille 2 et Normale Sup Ulm.; Paris, 2014.

STINGLER, George. *Law or economics*, em *Journal of Law and Economics*, 455, 1992.

STRAUS, Michael. *The practice of the Iran-U.S. claims tribunal in receiving evidence from parties and from experts*, em *Journal of International Arbitration*, Kluwer Law International, volume 3, issue 3, 1986.

STÜRNER, Rolf. *The principles of transnational civil procedure: an introduction to their basic conceptions*, em *Rabels Zeitschrift Für Ausländisches Und Internationales Privatrecht / The Rabel Journal of Comparative and International Private Law*, vol. 69, n. 2, 2005.

STÜRNER, Rolf. *Oralidade e escritura no processo civil europeu* (trad. Ronaldo Kochen), em *Revista de Processo*, volume 223, 2013.

_____. *Some European remarks on a new joint project of the American Law Institute and UNIDROIT*, em *The International Lawyer*, vol. 34, n. 3, 2000.

SZTAJN, Rachel e ZYLBERSZTAJN, Decio (Org.). *Análise econômica do direito e das organizações*. Editora Campus, 2005.

T

TABET, Alfred. *La preuve testimonial en droit ottoman*. These soutenue devant la Faculté de droit de l'Université de Lyon, Bosc, Frère & Riou, Lyon, 1927.

TARUFFO, Michele. *La prueba de los hechos*. Traducción: Jordi Ferrer Beltrán, 4ª edición, Madrid. Editorial Trotta. 2001.

_____. *A prova*. Trad. João Gabriel Couto. São Paulo, Marcial Pons., 2014.

_____. *Il processo civile di “civil law” e di “common law”: Aspetti fondamentali*, in *Il Foro Italiano*, vol. 124, n. 11, Società Editrice Il Foro Italiano ARL, 2001.

_____. *Principles and rules of transnational civil procedure: an evidentiary epistemology*, em *Penn St. International Law Review*, vol. 25, Pennsylvania, 2006.

_____. *Orality and writing as factors of efficiency in civil litigation*, em CARPI, Federico; Manuel Ortellis (editores). *Oralidad y escritura en un proceso civil eficiente*, Vol. I, Ponencias Generales e Informes Nacionales. Universitat de València. Asociación Internacional de Derecho Processal, 2008.

THAYER, James Bradley. *A preliminary treatise on evidence at the common law*. Little, Brown, and Co., Boston, 1898.

U

ULMER, Nicolas C. *The cost conundrum*, em *Arbitration International*, volume 26, issue 2, June 2010, p. 244.

V

VAN CAENEGEM, Raoul Charles. *History of European civil procedure*, em CAPPELLETTI, Mauro (chief editor). *Civil procedure*, Chapter 2, Vol. XVI, International encyclopedia of comparative law/under the auspices of the International Association of Legal Science, DAVID, René et all (editorial committee), J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), Tübingen, Martinus Nijhoff Publishers, Dordrecht, Boston, Lancaster, 1987.

VARANO, Vincenzo. *Civil procedure reform in Italy*, em *The American Journal of Comparative Law*, vol. 45, n. 4, 1997.

VERGÈS, Étienne; VIAL, Géraldine; LECLERC, Olivier. *Droit de la preuve*. Thémis, Paris, 2015.

W

WAINCYMER, Jeff. *Procedure and evidence in international arbitration*, Kluwer Law International, 2012.

WEINTRAUB, Russel J., *International litigation and arbitration: practice and planning*. Sixth Edition Carolina Academic Press, 2011.

WELLMAN, Francis Lewis. *The art of cross-examination: with the cross-examinations of important witnesses in some celebrated cases*. Macmillan, New York, 1906.

WIGMORE, John Henry. *A treatise on the Anglo-American system of evidence in trials at common law*. 2nd edition, Little, Brown, and Company, Boston, 1923.

WOLFGANG, Peter. ‘Witness ‘conferencing’ in arbitration international, em Kluwer Law International, Volume 18 Issue 1, 2002.

Y

YARSHELL, Flávio Luiz. *Antecipação da prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova*. São Paulo, Malheiros, 2009.

_____. *Curso de direito processual civil*, vol. I, São Paulo, Marcial Pons, 2014.

_____. *Breves notas sobre o papel do advogado na evolução da arbitragem no Brasil*, em WALD, Arnaldo (org.), *Revista de Arbitragem e Mediação*, ano 14, volume 53, abr/jun. 2017.

_____. *Tutela jurisdicional*, 2^a edição, São Paulo: DPJ Editora, 2006.

_____. *Convenções das partes em matéria processual: rumo a uma nova era?* em CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique, *Negócios Processuais*, Coleção Grandes Temas do Novo CPC, Editora Jus Podivm, Salvador, 2015.

_____. *Qual o futuro da arbitragem interna no Brasil?* em *Jornal Carta Forense* veiculado em 03.01.2017.

YOUNGER, Irving. *The advocate's deskbook: the essential of trying a case*. Prentice Hall Law & Business, 1988.

Z

ZUCHERMAN, A.A.S. *Reform in the shadow of lawyers' interests*, em *Reform of Civil Procedure: Essays on Access to Justice*. Ed. A.A.S Zucherman and Ross Cranston. Oxford, Claredon Press. 1995.

_____. *Lord Woolf's access to justice: plus ça change...*, em *The Modern Law Review*, vol. 59, n. 6, 1996.

_____. *A reform of civil procedure: rationing procedure rather than access to justice*, em *Journal of Law and Society*, vol. 22, n. 2, 1995.